Ata da 18ª Reunião Ordinária do 2º Ano Legislativo, da 19ª Legislatura da Câmara Municipal de São Bento do Sul, realizada ao vigésimo oitavo dia do mês de abril, do ano de dois mil e vinte e dois, às dezenove horas, em São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, nas dependências da Câmara Municipal, situada à Rua Vigando Kock, nº 69. Reuniu-se os vereadores, em sessão ordinária, sob a Presidência da Vereadora Carla Odete Hofmann, secretariada pelo primeiro-secretário, Vereador Jairson Sabino. Presente a totalidade dos senhores vereadores. Havendo quórum legal, em nome do Povo de São Bento do Sul, foi aberta a sessão. **EXPEDIENTE:** As matérias recebidas, correspondências recebidas e correspondências expedidas constam na pauta que é parte integrante da presente ata. **ORDEM DO DIA:** Dentro da ordem do dia a sra. Presidente encaminhou para as comissões técnicas o Projeto de Lei n° 200 de 2022 do Executivo Municipal, o Projeto de Lei Complementar n° 6 de 2022 do Executivo Municipal, o Certificado de Regularidade n° 50 de 2022 da Associação Padre Eduardo Michelis, Certificado de Regularidade nº 51 de 2022 da Associação de Produtores Rurais de São Bento do Sul, Certificado de Regularidade nº 52 de 2022 da Sociedade Desportiva Bandeirantes, Certificado de Regularidade nº 53 de 2022 da JCI São Bento do Sul, Certificado de Regularidade nº 54 de 2022 da Associação São Bento de Futebol, Certificado de Regularidade nº 55 de 2022 do Grupo Escoteiro Desbravador, Certificado de Regularidade nº 56 de 2022 da Associação Empresarial de São Bento do Sul e o Certificado de Regularidade nº 57 de 2022 da Sociedade Ginástica e Desportiva São Bento. Em seguida a sra. Presidente Carla Odete Hofmann, informou que em atendimento ao artigo 134 do Regimento Interno, seria feito a leitura do Relatório Final da CPI- Comissão Parlamentar de Inquérito n° 001/2022, e solicitou ao relator da comissão, sr. Darlan André Guiliani, que realiza-se a leitura do documento o qual foi lido na íntegra. Após a leitura, a sra. Presidente concedeu espaço ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito n° 001/2022, vereador Adriano Reinhardt, para tratar dos trabalhos feitos pela comissão. Destacou o papel difícil que é e está sendo conduzir uma CPI. Disse que quando se candidatou como vereador e foi eleito, jamais imaginou ter que conduzir, ou presidir uma comissão nesta Casa de Leis, para investigar as condutas praticadas por um colega, fatos que desabonam o papel de um vereador. Comentou que quando os 10 vereadores foram eleitos, todos se comprometeram, quando assumiram os cargos, que os erros cometidos no passado não seriam repetidos pelos empossados. Destacou que no papel de Presidente da comissão, foi investigado e levantados informações, colhidos depoimentos e infelizmente, os fatos citados e atribuídos ao vereador Ângelo Rônei Peschiscki, de que o mesmo teria solicitado dinheiro de alguns servidores se confirmou. Enfatizou que não está aqui para julgar e o vereador, pois não é esse o papel dos vereadores, quem fará isso é o Ministério Público e o judiciário. Explicou que o papel dos vereadores foi levantar as provas e verificar, se os fatos narrados na denúncia era verdadeiro. Disse que será enviado todos os documentos para o judiciário, o qual tomará as medidas que achar necessárias. O trabalho que foi feito em conjunto com os vereadores Darlan, Hélio foi pautado na seriedade e comprometimento, um trabalho árduo, difícil e constrangedor. Disse que os vereadores devem aprender com o passado, e não permitirem que fatos como esses voltem a existir nesta Casa de Leis, que não seja mais preciso abrir qualquer CPI, pois foram eleitos pelo povo para trabalhar em benefício da comunidade, e jamais devem se aproveitar de situações de privilégio, em detrimento de alguém. Comentou que hoje se encerra os trabalhos da CPI, e se sente muito triste e magoado com o que foi concluído, pois para o povo, todos os vereadores são corruptos, todos fazem parte dessa prática ilegal, porque é comum colocarem todos os vereadores em uma “vala comum”. Mas garante que aqui isso não é verdade, vem trabalhando de forma árdua, sua filosofia e ideal é ajudar o povo, fazer aquilo que é melhor para o município e para os munícipes. Espera do legislativo muita

seriedade e compromisso com o povo. Em seguida a sra. Presidente pediu para consignar em ata, o respeito pelo trabalho desenvolvido pela CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito, pela seriedade e agilidade em que os trabalhos foram conduzidos. Comentou que os trabalhos foram entregues dentro do tempo previsto, e sabe que são muitas as diligências que são realizadas. Cumprimentou a todos os envolvidos nos trabalhos da CPI e explicou que na forma regimental, o relatório final da CPI deve ser encaminhado à Presidência da Casa Legislativa, para que tome providências que entender em relação a Comissão. Logo, ressaltou sua decisão, embasada no artigo 134, §2°, do Regimento Interno, para acolher integralmente o que foi deliberado pela CPI. Solicitou fosse consignado em ata, que todas as informações e documentos levantados pela CPI, será encaminhado ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina, através de ofício, para que este tome as medidas que achar necessárias. Em seguida, a sra. Presidente Carla Odete Hofmann, colocou em discussão única o Certificado de Regularidade n° 46 de 2022, da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Bento do Sul (APAE). Com a palavra a vereadora Terezinha Maria Dybas. Enfatizou que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Bento do Sul (APAE), solicitou o Certificado de Regularidade da instituição, para tanto, apresentou as contas alusivas ao ano de 2021, e todos os documentos necessários para a aprovação. Informou que desejava fazer algumas observações referentes a instituição da APAE, e disse que no ano de 2020, através do Projeto de Lei n° 445, foi aprovado pela Câmara de Municipal, o repasse do valor de R$332.500.000,00 (trezentos e trinta e dois mil e quinhentos reais) para a APAE, os quais foram repassados em 12 parcelas, iniciando os repasses no mês de junho a julho de 2021. Já no ano mês de julho de 2021, a Câmara de Vereadores aprovou o repasse de R$ 387.893,20 (trezentos e oitenta e sete mil, oitocentos e noventa e três reais e vinte centavos), sendo esse valor dividido em 12 parcelas, iniciando os repasses em julho de 202 até junho de 2022. Explicou que o Projeto de Lei que foi apresentado e será discutido após a aprovação do Certificado de Regularidade, mostra a importância que a APAE tem na cidade, do trabalho que presta a todas as crianças e adolescentes que apresentam alguma necessidade especial. Enfatizou que a APAE, apresentou os relatórios de forma detalhada e de forma muito cuidadosa, mostrando as receitas/despesas, os relatórios das atividades e as certidões negativas necessárias. Diante de disso, e por apresentar um trabalho relevante na sociedade, pede a aprovação das contas da instituição e a emissão do Certificado de Regularidade pelos demais vereadores. Não havendo mais nenhuma manifestação a sra. Presidente colocou em votação o Certificado de Regularidade n° 46 de 2022, o qual foi aprovado por unanimidade. Em seguida, a sra. Presidente, colocou em discussão o Certificado de Regularidade n° 47 de 2022, da Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de São Bento do Sul. Com a palavra a vereadora Terezinha Maria Dybas. Enfatizou que a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de São Bento do Sul, pede a aprovação das contas relativas ao ano de 2021, e solicita a emissão do certificado de regularidade para o ano de 2022. Explicou que a mencionada Sociedade apresentou toda a documentação necessária, estando totalmente regular. Comentou que a Sociedade de Bombeiros Voluntários da cidade, foi declarada de utilidade pública, através da Lei n° 132 em 15/02/1979, e todo esse tempo vem realizando um trabalho de relevante interesse social. Concluiu solicitando a aprovação das contas e emissão do Certificado de Regularidade. Não havendo mais nenhuma manifestação, a sra. Presidente colocou em votação o Certificado de Regularidade n° 47 de 2022, o qual foi aprovado por unanimidade. Em seguida, a sra. Presidente, colocou em discussão o Certificado de Regularidade n° 48 de 2022 da Associação Regional da Empresa Moveleira (ARPEM). Com a palavra a vereadora Terezinha Maria Dybas. Enfatizou que a (ARPEM), apresentou o relatório e as prestações de contas relativas ao

ano de 2021, e solicitou a emissão do Certificado de Regularidade. Comentou que a (ARPEM), foi declarada como entidade de utilidade pública em pela Lei n° 149 de 19/05/1986, e presta um grande serviço a toda atividade moveleira da nossa cidade. Comentou que estando regular a prestação de contas, é cabível a concessão do Certificado de regularidade, por isso solicita a aprovação dos demais vereadores. Não havendo mais nenhuma manifestação, a sra. Presidente colocou em votação o Certificado de Regularidade n° 48 de 2022, o qual foi aprovado por unanimidade. Em seguida, a sra. Presidente, colocou em discussão o Certificado de Regularidade n° 49 de 2022 do Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de São Bento do Sul (SINDUSMOBIL). Com a palavra a vereadora Terezinha Maria Dybas. Destacou que o SINDUSMOBIL, solicitou a aprovação da prestação de contas relativas ao ano de 2021, bem como a emissão do Certificado de Regularidade. As atividades e os relatórios da entidade foram todas analisadas anteriormente, estando regulares. Lembrou que o SINDUSMOBIL é quem organiza o evento Móvel Brasil, o qual acontece nos próximos meses na cidade, e apresenta grandes resultados econômicos para o setor moveleiro e outros setores da cidade. Diante disso, solicita a aprovação dos demais vereadores. Não havendo mais nenhuma manifestação, a sra. Presidente colocou em votação o Certificado de Regularidade n° 49 de 2022, o qual foi aprovado por unanimidade. Em seguida a sra. Presidente colocou em 2ª Discussão o Projeto de Lei n° 194 de 2022 – Autor: Executivo Municipal – Ratifica Convênio n° 001/2022 que entre si celebram o Município de São Bento do Sul, através do Fundo de Assistência Social, com sede no Município de São Bento do Sul, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE. Com a palavra a vereadora Terezinha Maria Dybas. Destacou que o Projeto de Lei solicita a autorização do Legislativo, para ratificar o convênio firmado entre o Município de São Bento do Sul e a APAE. Explicou que este convênio é no valor de R$ 11.821,31 (onze mil oitocentos e vinte e um reais e trinta e um centavos), sendo esse valor vindo do superavit do ano de 2021, do Fundo Nacional de Assistência Social, tendo a descrição de todos os valores no corpo do projeto de lei. Comentou que o Conselho Municipal de Assistência social deliberou a aprovação de cada atividade. Para a (APAE) o valor que foi deliberado e esse que já foi mencionado e se refere ao repasse de uma única parcela, através do superavit do exercício de 2021. Concluiu solicitando a aprovação dos demais vereadores. Não havendo mais nenhuma manifestação, a sra. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei n° 194 de 2022, o qual foi aprovado por unanimidade. Em seguida a sra. Presidente colocou em 1ª discussão o Projeto de Lei n° 195 de 2022 – Autor: Executivo Municipal - Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial no orçamento do município, com base em superavit financeiro, no valor de R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), na forma em que especifica abaixo. Com a palavra a vereadora Terezinha Maria Dybas. Relatou que gostaria da permissão do plenário para tratar do projeto mencionado em conjunto com o Projeto de Lei n° 196. A sra. Presidente, solicitou ao primeiro-secretário para que realiza-se a leitura do projeto de lei. Em seguida a sra. Presidente colocou em 1ª discussão o Projeto de Lei n° 196 de 2022 – Autor: Executivo Municipal – Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial no orçamento do município, com base em ingresso de emenda de bancada de parlamentares, no valor de R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais), na forma em que especifica abaixo. A sr. Presidente ressaltou que estavam em discussão os dois Projetos de Lei sendo nºs 195 e 196. Com a palavra a vereadora Terezinha Maria Dybas. Explicou que solicitou que os dois projetos de lei fossem discutidos em uma única oportunidade, pois os projetos são complementares um ao outro. O projeto de lei de n° 196 trata de um pedido para a abertura de crédito especial no orçamento do município e esse valor e oriundo de uma emenda parlamentar, no valor de R$66.000,00 (sessenta e seis mil

reais). Já o projeto de lei n° 195, trata de um pedido de abertura de crédito adicional no orçamento do município, com base no superavit financeiro do ano de 2021, no valor de R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), que servirá de complemento para a emenda parlamentar. Disse que esses valores são para que a (APAE), possa adquirir um automóvel para ser usado pela instituição. Relatou que o executivo tem tomado essa decisão, de vir complementar alguns valores para que aquela finalidade possa ser alcançada. Enfatizou que apenas os repasses referentes a emenda parlamentar enviada, não seria possível da APAE adquirir aquilo que a instituição pretende, mas com o complemento repassado pelo município, será possível. Não havendo mais manifestações, nos projetos de lei de n°s 195 e 196, a sra. Presidente informou que os mesmos serão levados a 2ª discussão e votação em uma próxima sessão. Em seguida a sra. Presidente colocou em 1ª Discussão o Projeto de Lei nº 197 de 2022 – Autor: Executivo Municipal – Ratifica Termo de Convênio de Estágio nº 002/2022 que entre si celebram o Município de São Bento do Sul e a Fundação Educacional Regional Jaraguaense – Católica de Santa Catarina. Com a palavra a vereadora Terezinha Maria Dybas. Ressaltou que projeto de lei pede a autorização da Câmara de Vereadores, para que possa ratificar o termo de convênio de estágio entre o município de São Bento do Sul e a Fundação Educacional Regional Jaraguaense – Católica de Santa Catarina, para que os acadêmicos daquela instituição, possam realizar os estágios curriculares obrigatórios. Explicou que estes estágios não são renumerados pela prefeitura, portanto, não tem custo algum para o ente municipal, e são mantidos pela Fundação Educacional Regional Jaraguaense – Católica de Santa Catarina. Não havendo mais manifestações, a sra. Presidente informou que o Projeto de Lei n° 197 será levado a 2ª discussão e votação em uma próxima sessão. Em seguida a sra. Presidente colocou em 1ª Discussão o Projeto de Lei nº 198 de 2022 – Autor: Executivo Municipal – Ratifica Termo de Convênio de Estágio nº 005/2022 que entre si celebram o Município de São Bento do Sul e a Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ, mantenedora da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. Com a palavra a vereadora Terezinha Maria Dybas. Ressaltou que o referido Projeto de Lei é idêntico ao projeto anterior e pede a autorização da Câmara de Vereadores, para que possa ratificar o termo de convênio de estágio entre o município de São Bento do Sul e a Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ, mantenedora da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. Explicou que ele serve para que os acadêmicos daquela instituição, possam realizar os estágios obrigatórios, não sendo renumerados pela prefeitura, sem custo para o município. Não havendo mais manifestações, a sra. Presidente informou que Projeto de Lei n° 198 de 2022 será levado a 2ª discussão e votação em uma próxima sessão. Em seguida a sra. Presidente colocou em 1ª discussão o Projeto de Lei nº 199 de 2022 – Autor: Executivo Municipal – Ratifica Termo de Convênio de Estágio nº 006/2022 que entre si celebram o Município de São Bento do Sul e a Unidade Superior Ingá Ltda – UNINGÁ. Com a palavra a vereadora Terezinha Maria Dybas. Explicou que o projeto trata da Ratificação do termo de Convênio de Estágio entre o Município de São Bento do Sul e a Unidade Superior Ingá Ltda – UNINGÁ. O propósito é que os acadêmicos daquela instituição, possam realizar os estágios obrigatórios, não sendo os estagiários remunerados pelo município. Comentou que na maioria das vezes o ente municipal acaba servindo de facilitador, para que estes acadêmicos possam realizar os estágios, sem custos para o município. Não havendo mais manifestações, a sra. Presidente informou que Projeto de Lei n° 199 de 2022 será levado a 2ª discussão e votação em uma próxima sessão. Em seguida a sra. Presidente colocou em 1ª discussão o Projeto de Lei Legislativo nº 061 de 2022 – Autora: Carla Odete Hofmann – Altera o Art. 1º da Lei nº 616, de 14 de julho de 2000, que Denomina de 22 de abril rua do município. A sra. Presidente informou que o projeto é de sua autoria e solicitou para que o

mesmo fosse discutido apenas na 2 discussão. Não havendo mais manifestações, a sra. Presidente informou que o Projeto de Lei Legislativo nº 061 de 2022 será levado a 2ª discussão e votação em uma próxima sessão. Em seguida a Sra. Presidente comunicou o calendário das sessões ordinárias do mês de maio sendo: dia 2, 9, 16, 19, 23 e 30. **PALAVRA LIVRE.** Fez o uso da palavra livre o vereador **Darlan André Guliani.** Comentou sobre os trabalhos realizados na CPI, pois percebe que o povo pede respostas, e pela primeira vez, diferente de todas as outras CPI´S que tiveram nesta Casa de Leis, ela segue um rumo diferente das demais. Ressaltou para todos e principalmente para os que acompanharam a sessão, que a CPI foi aberta através de um ofício, solicitado por um munícipe, o qual tem todo o direito de solicitar, assim como qualquer pessoa, e que a mesma segue trâmites determinados pela lei. Explicou que o trabalho realizado foi de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), e uma vez concluída, ela precisa seguir os trâmites que estão dentro da lei, o que é diferente de uma comissão de cassação. Enfatizou que se faz necessário falar isso, porque tem escutado muita coisa, lido coisas, do tipo "estão se acovardando, vai tudo virar em pizza, isso não vai dar em nada." Ressaltou que antes de se comentar alguma coisa, se faz necessário saber a diferença entre "entender e achar que entende de um processo". Isso porque, particularmente quando não tem conhecimento de uma causa, prefere não se manifestar. Ressaltou que sabe que a intenção de todos é a melhor possível, sabe que estão todos saturados com a situação que anda a política, mas ninguém aqui dentro pode passar por cima do que está na lei. Existe uma deliberação, uma hierarquia, no caso do legislativo vem vereador, depois deputado estadual, deputado federal, senado, supremo tribunal federal e assim sucessivamente. Assim como é no caso do delegado onde ele investiga, conclui e encaminha para o Ministério Público, e o mesmo decide se encaminha adiante para o Juiz ou não. Ressaltou que os vereadores obedeceram a lei, e fizeram o que foi solicitado através do ofício que adentrou na Câmara. Enfatizou que vontade dos vereadores vem de acordo com os trâmites, dentro do seu devido tempo, "sem por bois a frente da carroça". Solicitou que as pessoas que tenham muita cautela nos comentários. Ressaltou que até lê os comentários, mais prefere não responder. Finalizou pedindo que as pessoas antes de comentarem, tenham conhecimento de causa. Fez o uso da palavra livre o vereador **Hélio Alves.** Ressaltou a fala do vereador Adriano, e disse que quando se elegeu vereador e chegou nesta casa de leis, nunca imaginou que participaria de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar um companheiro de trabalho, de bancada, mas que isso faz parte. É preciso fazer, pois estamos aqui para isso. Enfatizou que no dia 01 de Janeiro de 2021, quando os vereadores tomaram posse, juraram a bandeira, os mesmos prometeram que fariam um trabalho sério e honesto, zelando pelo patrimônio público. Relatou que se sente triste com tudo isso, de ouvir a leitura do relatório final da CPI. Se perguntou como que se deixa chegar a política nessa situação, por isso os vereadores acabam levando várias críticas nas redes sociais. Mas o que importa é levar a sério a política e cuidar um pouco mais, para que isso não aconteça novamente. Agradeceu ao secretário Josias pelo rápido atendimento na indicação que o vereador fez para a compra do terreno no bairro Alpino. Destacou que em 8 dias o Secretário deu entrada no planejamento e hoje já está o documento protocolado. Ressaltou que fez um comentário com o sr. Forteski, de que nesta administração deveria ter mais pessoas como o secretário Josias, esse tipo de pessoas tem que ser valorizado, pois fazem as coisas acontecer. Relatou que quando se faz cobranças, as pessoas pensam que é pelo lado político, mas não é. As cobranças são feitas para que as coisas andem e aconteçam. Comentou sobre o áudio que está circulando, onde o mesmo conversou com o vereador Jairson Sabino. Afirmou ter falado que tem secretaria onde "alguém entra lá, manda e desmanda", e o "prefeito acaba não mandando nada". Acredita que isso é verdade, pois está na hora do

“Prefeito bater na mesa e dizer aqui quem manda sou eu”. Deixar de lado “o povo que fica arrumando picuinha”. Pois 3 vereadores levaram quase noventa dias para concluir uma CPI, e praticamente os servidores da casa inteira para investigar. Mencionou que ainda está por vir mais uma ou duas CPI’s. Afirmou que deveriam colocar o povo para trabalhar, em vez de ficar “arrumando perseguição política”, se tem tanta coisa para fazer. O povo está nos pagando para ver serviço. Relatou que foi um desgaste grande ficar por noventa dias investigando o vereador. Disse que os vereadores estão a 1 ano e meio de governo e o trabalho está parado. Fez o uso da palavra a vereadora **Carla Odete Hofmann.** Comentou a respeito da grande questão esperada para essa sessão que é a leitura do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Explicou que desde as primeiras conversas, e quando aceitaram a abertura da CPI, sempre foi deixado muito claro a todos de que não se tratava de um pedido de cassação. As pessoas não entendem ou não querem entender, isso pela qualidade da pessoa que está fazendo algum comentário. Disse que qualquer estudante do terceiro ano do curso de direito, sabe muito bem, que não é possível a Câmara de Vereadores transformar um pedido de investigação em pedido de cassação. Ressaltou que um determinado advogado ou determinadas pessoas, elas podem fazer este pedido (de cassação), isso pode ser feito por qualquer pessoa. Enfatizou que na qualidade de Presidente da Casa, encaminhará o documento ao Ministério Público para que ele tome as medidas, e que isso não significa dizer que esta Casa não tomará algumas medidas. Deixou claro que na leitura do relatório não deliberarão sobre o assunto. Destacou que a comissão da CPI fez um excelente trabalho, cumprimentou ao vereador Adriano, Hélio e Darlan e seus assessores que trabalharam muito. Disse que foi um trabalho muito intenso e agradeceu também ao advogado Dr. Vanderlei, ao diretor Sandro que também acompanharam de perto os trabalhos, e a servidora Pamela que secretariou todas as reuniões de ambas as CPI´S. Explicou que é um trabalho difícil conforme os vereadores já colocaram, não é um trabalho agradável, é um trabalho que causa constrangimento, mais um trabalho que deve ser feito, e que foi extremamente bem desenvolvido pelos vereadores que participaram da comissão. Agradeceu ao Secretário de Obras sr. Luiz Neri por seus trabalhos, pois os pedidos feitos tem sido atendidos, geralmente na primeira semana, ou no primeiro momento possível ele acaba nos atendendo. Ressaltou ainda que Secretário não atende ao vereador, mas sim aos munícipes, e que os vereadores são somente os porta-vozes dos pedidos feitos. Disse que ele tem feito da forma mais rápida e sempre que possível atendido, tanto em relação as questões da Secretaria da Agricultura, assim como principalmente na Secretaria de Obras. Destacou que a parceria tem dado muito certo e a resposta tem vindo, com elogios feitos por nossa comunidade. Finalizou afirmando que os vereadores devem fazer críticas no momento que for necessário, mais também fazer o devido reconhecimento aos bons trabalhos apresentados. Fez o uso da palavra livre o vereador **Jairson Sabino.** Lembrou do dia Mundial da Saúde, da Segurança no Trabalho, uma data importante, pois já tivemos neste país escravidão. Comentou que não saber dizer se vai tão longe da abolição propriamente dita, mais importantíssimo a questão da segurança e saúde no trabalho, tratando das questões dos equipamento de proteção individual de segurança (EPI`S) da CIPA, a qual trata também da saúde do trabalhador. Destacou sobre o Dia Internacional da Educação. Comentou da necessidade de separar e destacar a educação de qualidade, educação sem bandeira política partidária nas escolas. Disse ser uma vergonha o que se tem visto neste país, onde professores defendem política partidárias dentro das escolas. Falou que isso tem que ser banido das escolas, tanto faz de direita ou de esquerda, ensino religioso, ideologia de gênero, pois são alguns absurdos que acontecem na educação, coisas que não deveriam mais acontecer. Lembrou do Dia da Sogra e mencionou que a sogra é “o terror de alguns genros”, para outros uma situação

muito interessante. Relatou que frequenta a família de sua esposa a 42 anos, e tem uma segunda mãe, dona Margarida. Destacou que no dia 30/04 comemora-se no Brasil o dia Nacional da Mulher, “então para os homens mais desavisados, vão poder se reabilitar, pois ainda da tempo”. Comentou também sobre os laudos da CELESC, e afirmou que a Prefeitura deveria fazer estes laudos, pois dos 2 engenheiros que a prefeitura tem, um é agrônomo e outro engenheiro florestal, e estão cedidos para o Consorcio Quiriri. Entende que o Consórcio Quiriri não soma em nada, que a produtividade do mesmo é muito baixa, é um absurdo, custa muito caro e dá pouco retorno. Comentou que ano passado sugeriu ao Prefeito para que chamasse os profissionais de volta para Prefeitura, pois não dá pra contratar outros servidores na vaga deles, e eles estão só cedidos. Não se contrata outros profissionais, e não tem quem faça o laudo, aí fica tudo travado, porque o Prefeito não tem decisão e atitude. Comentou também sobre os casos de “rachadinha de salários”. Ressaltou que já teve isso na legislatura passada, e que foi bastante lamentável. Houve uma blindagem naquela situação, era um pedido de cassação. Hoje é diferente, já foi colocado que é diferente é um pedido de investigação. Parabenizou o belíssimo trabalho dos senhores vereadores na CPI. Mas acredita que caberia uma pergunta para uma próxima situação, mas tomara que não haja”. Cabe a indagação, porque pagavam. Isso deveria ser perguntado, obviamente para aqueles que pagavam parte de seus salários. Comentou que todos os cargos do legislativo estão sob o comando da presidência da casa, e todos o cargos do executivo estão sob o comando do Prefeito, então porque pagavam para vereadores. Falta total de conhecimento? Alguma ameça? Estaria corroborando o Prefeito? Aqui neste caso específico, de imediato a Presidente exonerou os indiciados pela polícia. Agora no Executivo, pelo que sabe até o momento, nenhum servidor foi exonerado. Mais haveria algum tipo de pressão, alguma ameaça ao servidor. Não somente neste caso, mais no caso anterior, pois parece que as pessoas se sentem tão ameaçadas. E se não pagarem o que dá? “Não dá nada”. Porque na prática não dá nada. Porque obviamente o Prefeito não é conivente com uma situação dessa. Acredita que ele não seja, então não teria nenhuma lógica a pessoa pagar. Fez o uso da palavra livre a vereadora **Zuleica Maria Sousa Voltolini.** Comentou que é um momento difícil que estão passando na Câmara de Vereadores. Assim como o vereador Adriano comentou, quando os vereadores assumiram jamais imaginaram ter que passar por esta situação. É difícil para todos, até para os funcionários da casa, que sentem o peso que foi esta CPI, pois envolveu muita gente, envolveu um trabalho com muita dedicação da equipe que estava frente. Parabenizou e agradeceu a todos os envolvidos pela dedicação e seriedade, em poder estar relatando os fatos com muita coerência, sinceridade e representando o papel dos vereadores. Lamentou que estejam passando por tudo isso. Relatou que se sente triste porque a manhã começou “muito linda” na Câmara de Vereadores, pois através de um projeto da Presidente o “Projeto Câmara de Portas Abertas”, foi recebido várias crianças da Escola Chapeuzinho Vermelho. Contou que eles vieram conhecer as dependências do prédio e saber sobre essa Casa de Leis, onde foi passado a eles os objetivos e a função dos vereadores. Eles tiveram o acompanhamento direto do assessor de imprensa Giancarlo, e o mesmo explicou as crianças o funcionamento da casa, tiveram a oportunidade e alegria de sentar no lugar onde os vereadores estão sentados agora, e estavam muito alegres, se sentiram importantes, fizeram várias perguntas, aprenderam qual a função Legislativo e do Executivo. Ressaltou ainda que a Câmara esta de portas abertas para receber, auxiliar as crianças, para que no futuro possam ser cidadãos melhores, cuidar da nossa cidade com todo carinho, toda dedicação e empenho. Comentou que se preocupa com a imagem dos vereadores, pois são exemplos, e de repente estão participando de uma CPI, investigando colegas de trabalho. E afirmou que com situações como essa a imagem fica abalada, e fica triste por

isso. Parabenizou a Presidente pelo projeto, e informou que esta foi a terceira escola que estão recebendo. As crianças saem daqui com um conhecimento maravilhoso, o qual estarão levando para as suas famílias e falando um pouquinho do trabalho dos vereadores. Fez o uso da palavra o vereador **Adriano Reinhardt.** Agradeceu o grande trabalho e a dedicação da equipe envolvida, nesta CPI, a qual se encerra hoje, com a apresentação do relatório final. Agradeceu pelos trabalhos da servidora Pamela, o advogado sr. Vanderlei, aos assessores, ao vereador Hélio, vereador Darlan e do vereador "Chicão". Comentou que foi desempenhado um árduo trabalho, com dedicação de toda a equipe. Ressaltou a fala do vereador Darlan, quando o mesmo diz que há pessoas que precisam buscar informações antes de fazer críticas. Devem buscar tentar entender o que é uma Comissão Parlamentar de Investigação (CPI), a qual foi aberta nesta Casa. A CPI cabe apenas investigar se os fatos imputados ao vereador citado aconteceram ou não. Relatou que nada proíbe que amanhã ou depois alguém abra uma indicação nesta casa, pedindo a cassação do vereador, onde haverá outra CPI, que envolverá o pedido de cassação do vereador citado no fato. Solicitou para que as pessoas cuidem com as críticas que agridem os vereadores, os quais se dedicaram a fazer o trabalho, deixaram de fazer outras atividades que envolvem o município, onde poderiam ser desenvolvidos projetos, pois tiveram que cumprir com as obrigações de vereador, de acordo com as leis que determinam nesta casa, quando acontece um fato como esse. Parabenizou a sra. Presidente pelo projeto "Câmara de Portas Abertas" para as crianças vindas de escolas, as quais vem visitando e conhecendo a importância da política. Sempre diz que a política não é somente dentro desta casa de leis, mas começa dentro de casa, pois convivemos com a política todos os dias a todo momento. Solicitou um aparte a vereadora Zuleica Maria Sousa Voltolini, a qual foi lhe concedida. Relatou que as crianças da Escola Chapeuzinho Vermelho fizeram uma solicitação para os vereadores, pois estão preocupados com a segurança na travessia da rua em frente a escola. Comentou que esse pedido foi um relato das crianças, não dos adultos. Destacou a grandiosidade e seriedade do projeto, onde crianças pequenas podem estar fazendo suas colocações. Com a palavra o vereador Adriano Reinhardt. Destacou que foi procurado por comerciantes do bairro Oxford, os quais relatam que estão preocupados com a questão da segurança da praça, a questão da iluminação, organização e limpeza, pois a mesma está abandonada. Disse que esteve conversando com a sra. Presidente sobre essas questões. Comentou ainda que ontem teve um comércio assaltado, ele fica localizado em frente a praça, por isso, o local deve ser cuidado e cobrar atitudes do Executivo. Fez o uso da palavra livre a vereadora **Terezinha Maria Dybas.** Iniciou dizendo que "o limite de qualquer cidadão é a Lei". E o limite dos vereadores também é a lei. Comentou que os vereadores, enquanto legisladores princilpamente, devem respeito a esse limite. Ressaltou que diz isso, porque a CPI é uma comissão de investigação, e não de cassação. Os membros que compuseram a equipe da CPI, vereadores Hélio, Adriano e Darlan, fizeram um trabalho dentro daquilo que prevê o Regimento Interno. Não poderiam fazer nada além do que não estava definido no Regimento Interno. Solicitou um aparte o vereador Ângelo Ronei Peschiski, o qual foi lhe concedido. Destacou que já havia falado desde o início desta CPI, que só irá se manifestar em juízo sobre esta questão, e que para o vereador está claro que está sendo vítima de perseguição política, tendo em vista que no procedimento instaurado nesta casa legislativa, o mesmo foi impedido de exercer seu contraditório e sua defesa. Disse que dentro da Constituição Federal o mesmo tinha esse direito, pediu para consignar que desejava a cópia do relatório final desta CPI. Por questão de ordem a sra. Presidente Carla Odete Hofmann, informou que independentemente das alegações feitas pelo vereador Ângelo Ronei Peschiski, a mesma já colocou a disposição de todos os vereadores, a cópia integral de todo o procedimento, para que qualquer um dos vereadores à pedido,

possam acompanhar tudo o que foi feito na CPI. Pelo o que ouviu do relatório final, pois não leu o mesmo anteriormente, parece que o vereador Ângelo sempre esteve acompanhado de defesa técnica. Destacou que independentemente disto, deixa consignado a permissão de acesso para todos os vereadores, não só do relatório final, mais de todo o procedimento que foi feito nesta casa. Com a palavra a vereadora Terezinha Maria Dybas. Relatou que a CPI encontra regulamentada no art.130 e seguintes do Regimento Interno. Já a comissão de cassação é prevista no art. 379 a 380 do regimento Interno, combinado com o Decreto n° 201. Ressaltou que a comissão que investigou e conduziu todo o trabalho se limitou aquilo que está previsto no art. 130 e seguintes. Com a leitura do relatório final, os demais vereadores tiveram acesso somente agora, e vão pegar todo o processo para analisar e verificar. Disse ainda que respondendo aquelas perguntas e dúvidas, do porque não transformaram a CPI em um pedido de cassação, e porque não fazer o pedido de imediato agora. Os demais vereadores que não eram membros da CPI, só tiveram conhecimento do conteúdo do relatório agora com esta leitura do documento. Solicitou um aparte o vereador Darlan André Guliani, o qual foi lhe concedido. Ressaltou que se faz necessário informar que se um vereador pedir a cassação, ele não poderá votar no processo. Acredita que tudo deve ser levado em consideração e deve se pesar esse particular também. Com a palavra a vereadora Terezinha Maria Dybas. Concordou com o vereador Darlan e informou que os próximos passos serão analisados. Se um vereador fizer o pedido, ele automaticamente não pode participar da votação. Qualquer vereador pode fazer o pedido, qualquer cidadão eleitor desta cidade também pode fazer esse pedido. O vereador Ângelo tem todo o direito de entrar com qualquer recurso que ele entenda necessário, isso dentro do Estado Democrático de Direito que lhe é permitido. Ressaltou que de fato foi um grande desconforto ter que ficar investigando um colega vereador, mais é uma incumbência do vereador, assim como fazer a votação pela cassação ou não. Disse que se houver o pedido de cassação os vereadores vão estar aqui sim, votando e julgando, pois o voto vai ser um julgamento que vão ter que fazer, pela cassação ou não. Ressaltou que na primeira sessão do ano de 2022, ocorrida no dia 07 de fevereiro, onde já tinha acontecido a situação da polícia vir até a Câmara de vereadores, falava que gostaria de estar tratando de tantos outros projetos que a cidade merece que aconteça, várias obras que estão sendo feitas, outras a serem iniciadas, mais grande parte do esforço e da concentração dos vereadores que compuseram esta CPI ficaram focados na mesma. Ressaltou ainda que tem mais uma CPI em andamento, e grande parte dos vereadores que compõe esta outra CPI, também estão direcionados a ela. Lamentou terem que ficar discutindo isso, mais é o papel do vereador, e com a responsabilidade os mesmos têm que concluir os trabalhos e depois analisar se é caso ou não de pedirem pela cassação. Ressaltou o que já havia falado na primeira sessão, que sendo o entendimento que houve a prática ilícita, não lhes resta outra saída, senão o julgamento pela conduta. Solicitou um aparte o vereador Paulo Zwiefka, o qual foi lhe concedido. Relatou que pela leitura do relatório final, entende que está muito claro que cabe um processo de cassação em desfavor do vereador Ângelo. Ressaltou que nenhum vereador citou, tão pouco os vereadores da própria comissão. E que não tem nem como não entrar com o processo de cassação, pois está provado através dos depoimentos que aconteceu a rachadinha. Ressaltou que o vereador Sabino falou anteriormente que na CPI passada foi “passado panos quentes”. Questionou se os vereadores vão deixar passar de novo, passar panos quentes”. Com a palavra a vereadora Carla Odete Hofmann. Ressaltou que nunca foi passado “pano quente para ninguém, muito pelo contrário”. Deseja que seja esclarecido que nos dois pedidos de CPI, esta casa em momento algum esperou, agiram rapidamente. Com a palavra o vereador Paulo Zwiefka. Ressignificou sua fala e disse que gostaria de diz

dizer, que esta legislatura não pode deixar acontecer o que aconteceu no passado. Ressaltou que os vereadores devem se reunir e conversar amanhã mesmo, e fazer algo, pois o povo também espera um trabalho sério, e se a CPI foi feita, apresentado o relatório e fatos comprovados, não tem porque não entrarem com o pedido de cassação. Com a palavra o vereador Darlan André Gulaini. Ressaltou que se faz necessário lembrar que até então, ninguém tinha conhecimento do relatório, o mesmo foi colocado a público hoje, sendo feito a leitura em plenário. Explicou que tem prazo para protocolar os documentos, não tem como alguém protocolar algo sem saber a conclusão do fato. Com a palavra o vereador Paulo Zwiefka, disse concordar com as colocações do vereador Darlan, mas que as vezes os vereadores começam a "apanhar", ser criticados, por não falarem aquilo que realmente deveria ser falado. As pessoas esperam que os vereadores sejam mais convincentes em suas falas, esperam uma fala no sentido daquilo que realmente vem acontecendo. Hoje não foi falado sobre o pedido de cassação do vereador, viu que tem fatos para isso e as pessoas não falaram sobre o assunto. Com a palavra a vereadora Terezinha Maria Dybas. Comentou que diante do término da CPI, com a leitura do relatório, agora é o momento de analisar e tomar as próximas providências, dentro daquilo que o Regimento Interno prevê. Explicou que os vereadores não tinham como fazer um pedido de cassação anteriormente, e não tem como fazer esse pedido durante a sessão, mas a partir deste momento, com o conhecimento dos fatos, do relatório final, podem tomar as devidas decisões. Ainda que isso cause desconforto, se faz necessário e é responsabilidade dos vereadores tomar as devidas providências. Não havendo mais nada a ser tratado, a sra. Presidente Carla Odete Hofmann, agradeceu a presença de todos e convocou os vereadores para a próxima sessão ordinária que se realizará na data 02 de maio de 2022 às 19:00 horas. Encerrou mandando lavrar a presente Ata. Sala das Sessões, 28 de abril de 2022.

CARLA ODETE HOFMANN
Presidente

DARLAN ANDRÉ GULIANI
Vice-Presidente

JAIRSON SABINO
Primeiro Secretário

ÂNGELO RONEI PESCHISKI
Segundo Secretário

ADRIANO REINHARDT

HÉLIO ALVES

LUIZ LINDECIR PESENTI

PAULO ZWIEFKA

TEREZINHA MARIA DYBAS

ZULEICA MARIA SOUSA VOLTOLINI

EAM/eam